
IRMANDADE DE SÃO JOÃO BATISTA DE MACAÉ

CNPJ: 29.696.069/0001-83

**Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório dos
Auditores Independentes**

31 de dezembro de 2025 e 2024

IRMANDADE DE SÃO JOÃO BATISTA DE MACAÉ

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis — 2025 e 2024

IRMANDADE DE SÃO JOÃO BATISTA DE MACAÉ

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(EM R\$ 1)

		Nota			
ATIVO		Explicativa	2025	2024	
CIRCULANTE			27.144.309	21.498.202	
Caixa e equivalentes	4		9.421.399	8.317.370	
Contas a Receber - SUS	5		6.758.504	5.002.441	
Contas a Receber - Conv/Part	6		9.327.203	5.667.491	
Créditos com Funcionários	7		147.356	629.310	
Adiantamentos a Fornecedores	8		258.688	128.225	
Estoques	9		1.202.478	1.447.550	
Outros Créditos	10		28.681	305.815	
NÃO CIRCULANTE			19.768.105	18.231.902	
Investimentos	12		141.514	141.214	
Imobilizado	11		17.560.782	15.885.434	
Créditos a Receber de Longo Prazo - Judiciais	13		2.065.809	2.205.254	
TOTAL DO ATIVO			46.912.414	39.730.104	
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL			2025	2024	
CIRCULANTE			21.165.820	21.825.832	
Fornecedores	14		2.879.396	3.299.577	
Repasse Médicos a Pagar	14		4.141.918	3.612.163	
Obrigações com Pessoal	15		1.249.132	1.184.512	
Tributos e Encargos Sociais	16		517.456	467.103	
Provisão de Férias	15		2.220.267	2.326.872	
Empréstimos Bancários	17		4.111.413	3.596.811	
Obrigações Fiscais Parceladas	18		518.642	526.754	
Outras obrigações	20		418.994	1.284.158	
Subvenções a Realizar	19		5.108.602	5.527.880	
NÃO CIRCULANTE			22.077.394	21.929.442	
Obrigações Fiscais Parceladas	18		-	518.642	
Moratória Prosus (Lei 12.783/2013)	18		13.923.960	13.923.960	
Empréstimos Bancários	17		3.152.037	4.379.033	
Outras obrigações	20		1.839.962	2.079.957	
Provisão para Contingências	21		764.335	795.099	
Subvenções de Invest a Realizar	19		2.397.100	232.750	
PATRIMÔNIO SOCIAL			3.669.201	(4.025.168)	
Patrimônio Social	22		(4.025.168)	(3.954.611)	
Superávit/(Déficit) do Exercício	22		7.694.369	(70.557)	
TOTAL DO PASSIVO E PS			46.912.414	39.730.104	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IRMANDADE DE SÃO JOÃO BATISTA DE MACAÉ

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis — 2025 e 2024

IRMANDADE DE SÃO JOÃO BATISTA DE MACAÉ DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(EM R\$ 1)

		Nota Explicativa	2025	2024
RECEITAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS			71.938.812	60.036.065
Receitas Convênios	23		35.516.921	28.218.630
Receitas SUS	24		29.120.005	24.509.388
Receitas Pacientes Particulares	25		1.735.903	1.274.834
Receitas com Subvenções	26		2.670.393	4.137.532
Receitas com Doações	26		1.428.625	1.220.683
Receitas Financeiras	27		1.101.983	266.636
Receitas Diversas	28		364.983	408.362
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			64.244.444	60.106.622
Custos e Despesas com Pessoal	29		25.685.848	23.430.685
Custos com Serviços Médicos e Laborat.	30		11.986.808	12.621.476
Custos com Materiais	31		15.673.368	13.969.332
Custos Operacionais Diversos	32		4.731.657	4.134.015
Despesas Administrativas	33		1.077.969	929.384
Despesas com Serviços Profissionais	34		1.754.834	1.320.051
Despesas Financeiras	35		2.037.325	1.639.013
Despesas com Depreciações	37		777.578	809.184
Despesas com Acordos e Processos	36		492.405	912.477
Outras Despesas Operacionais	38		26.650	341.005
Superávit/ Déficit do Exercício			7.694.368	(70.557)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IRMANDADE DE SÃO JOÃO BATISTA DE MACAÉ
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(EM R\$ 1)

Mutações	Patrimônio Social	Resultado Exercício	Totais
Saldo em 31/12/2023	(2.989.694)	(441.716)	(3.431.410)
Incorporação do Resultado de 2023	(441.716)	441.716	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	(523.200)	-	(523.200)
Déficit do Exercício	-	(70.557)	(70.557)
Saldo em 31/12/2024	(3.954.610)	(70.557)	(4.025.168)
Incorporação do Resultado de 2024	(70.557)	70.557	-
Superávit do Exercício	-	7.694.368	7.694.368
Saldo em 31/12/2025	(4.025.167)	7.694.368	3.669.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IRMANDADE DE SÃO JOÃO BATISTA DE MACAÉ

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis — 2025 e 2024

IRMANDADE DE SÃO JOÃO BATISTA DE MACAÉ DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXANOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(EM R\$ 1)

	2025	2024
Atividade Operacionais		
Superávit do exercício	7.694.369	(70.558)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(523.201)
Depreciações	777.578	809.184
(Aumento) Redução nos valores e direitos realizáveis a curto prazo	(4.542.078)	(535.659)
(Aumento) Redução nos valores e direitos realizáveis a longo prazo	139.445	555.400
Aumento (Redução) nas obrigações a curto prazo	(660.012)	8.232.058
Aumento (Redução) nas obrigações a longo prazo	147.952	(213.894)
Caixa gerado pelas operações	3.557.255	8.253.332
Atividades de Investimentos		
Investimentos	(300)	-
Aquisições de Imobilizado	(2.452.926)	(2.252.977)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(2.453.226)	(2.252.977)
FLUXO DE CAIXA LIQUIDO	1.104.029	6.000.355
Saldo inicial do caixa e equivalente a caixa	8.317.370	2.317.015
Saldo final do caixa e equivalente a caixa	9.421.399	8.317.370
VARIAÇÃO EM CAIXA OU EQUIVALENTES EM CAIXA	1.104.029	6.000.355
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis</i>		

IRMANDADE DE SÃO JOÃO BATISTA DE MACAÉ

Macaé – RJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

CNPJ: 29.696.069/0001-83

NOTA 1 — CONTEXTO OPERACIONAL

A IRMANDADE DE SÃO JOÃO BATISTA DE MACAÉ é uma instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, assistencial e filantrópico, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, fundada em 27/12/1967 (registrada em 05/12/1936), com sede e foro no município de Macaé, Estado de RJ, com prazo de duração indeterminado.

A Entidade é declarada de Utilidade Pública Federal e Estadual, conforme regulamentação vigente, e tem por finalidade estatutária prestar assistência médico-hospitalar a enfermos necessitados, sem distinção de cor, sexo, raça, crença religiosa ou ideal político. Adicionalmente, serve de campo para instrução e formação de profissionais de saúde.

Base normativa: Estatuto Social da Entidade | Lei Complementar nº 187/2021 | Decreto nº 11.791/2023

NOTA 2 — APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, em especial:

- (a) NBC TG Estrutura Conceitual — Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, aprovada pela Resolução CFC nº 1.374/11;
- (b) ITG 2002 (R1) — Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12;
- (c) Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC, na extensão em que não conflitam com as normas específicas para entidades do terceiro setor.

As demonstrações contábeis compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as presentes Notas Explicativas, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentados para fins comparativos.

Base normativa: ITG 2002 (R1) | Revisão NBC nº 29/2024 | NBC TG Estrutura Conceitual | Resoluções CFC nº 1.374/11 e 1.409/12

NOTA 3 — RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações são descritas a seguir e foram aplicadas de forma consistente em relação ao exercício anterior, salvo quando indicado de outra forma.

3(a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Entidade são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual opera. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Entidade.

3(b) Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são classificadas e mensuradas conforme os critérios estabelecidos pela NBC TG 48. As aplicações de curto prazo são registradas pelo custo amortizado, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, cujos valores aproximam-se do valor justo.

3(c) Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, em conformidade com a NBC TG 27. A depreciação é calculada pelo método linear conforme as taxas a seguir:

Classe de Ativo	Taxa Anual	Vida Útil (anos)
Edificações	4%	25
Instalações	10%	10
Máquinas e Equipamentos	10%	10
Equipamentos de Informática	20%	5
Móveis e Utensílios	10%	10
Veículos	20%	5

3(d) Demais Ativos

Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao custo de aquisição ou ao valor de realização, o que for menor, incluindo os rendimentos auferidos, deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização quando necessária.

3(e) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente decorrente de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, em conformidade com a NBC TG 25 (R2).

3(f) Demais Passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

3(g) Subvenções Governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas em conformidade com a NBC TG 07 (R2) e a ITG 2002 (R1). As subvenções concedidas a pedido e em caráter individual são reconhecidas como receita no resultado. As subvenções relacionadas a ativos são inicialmente reconhecidas no passivo e apropriadas ao resultado na proporção da depreciação dos respectivos bens.

3(h) Reconhecimento de Receitas de Doações

As receitas de doações são reconhecidas quando há transferência efetiva do controle do ativo recebido, observando-se o regime de competência. Os recursos em espécie são registrados no ativo disponível quando do recebimento efetivo. Doações em bens são registradas pelo valor justo na data do recebimento.

3(i) Uso de Estimativas e Julgamentos Contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer estimativas e julgamentos que afetam os montantes de ativos, passivos, receitas e despesas reportados. Os valores efetivamente realizados podem diferir das estimativas. As principais estimativas dizem respeito a vidas úteis de ativos imobilizados, provisões para contingências e ajuste ao valor recuperável de ativos.

3(j) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, sendo reconhecidas no período a que competem, independentemente do recebimento ou pagamento.

3(k) Trabalho Voluntário

O trabalho voluntário, incluindo o dos integrantes da administração da Entidade, é reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço, registrado simultaneamente como receita e despesa do período, sem efeito líquido no resultado, em conformidade com a ITG 2002 (R1) atualizada.

3(l) Isenções e Imunidades Tributárias

A Entidade, na condição de detentora do CEBAS na área da saúde, nos termos da Lei Complementar nº 187/2021, faz jus à imunidade das contribuições sociais patronais previstas no art. 195, §7º da Constituição Federal. As isenções usufruídas são divulgadas em nota explicativa específica.

Base normativa: ITG 2002 (R1) | Revisão NBC nº 29/2024 | NBC TG 07 (R2) | NBC TG 25 (R2) | NBC TG 27 | NBC TG 48

NOTA 4 — DISPONIBILIDADES

Os valores registrados neste grupo representam moeda em espécie em caixa, depósitos à vista em instituições bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. Os saldos com restrição correspondem a recursos vinculados a convênios e subvenções governamentais, cujo uso está condicionado aos termos dos respectivos instrumentos. Os saldos estavam compostos da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Caixa	4.112	25.006
Bancos Contas de Movimentos	446.202	1.472.337
Bancos Contas de Aplicação	3.873.400	1.299.588
Bancos Contas de Movimentos (COM RESTRIÇÕES)	-	-
Bancos Contas de Aplicação (COM RESTRIÇÕES)	5.097.685	5.520.439
Total	9.421.399	8.317.340

NOTA 5 — CRÉDITOS COM O SUS

Os valores registrados correspondem aos repasses a receber do poder público decorrentes da contratualização firmada entre a Entidade e o SUS — Sistema Único de Saúde, nos termos dos contratos de gestão e portarias vigentes. O reconhecimento das receitas obedece ao regime de competência, com base nos serviços efetivamente prestados e nos tetos financeiros pactuados.

Descrição	2025	2024
Créditos SUS — Faturamento	6.758.504	5.002.441
Total	6.758.504	5.002.441
<i>Base normativa: Lei nº 8.080/1990 Portarias de Contratualização SUS</i>		

NOTA 6 — CRÉDITOS COM CONVÊNIOS E PACIENTES PARTICULARES

Este grupo compreende os valores a receber de operadoras de planos e seguros de saúde, decorrentes de serviços médico-hospitalares prestados e faturados, pendentes de liquidação na data de encerramento do exercício, bem como os créditos com pacientes particulares. Os valores são reconhecidos conforme a realização efetiva dos serviços, observando o regime de competência. A Entidade avalia periodicamente a necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base no histórico de recebimentos e análise individual das contas a receber.

6.1 Créditos com Convênios e Operadoras

Descrição / Contas	2025	2024
Caberj Saúde	8021.310	-
Conv. Amil Assistencia Medica	392.864	86.063
Conv. Bradesco Saude	795.522	936.637
Conv. EJI Assessoria em Segurança	-	1.050
Conv. FUSPOM - Policia Militar do Rio de Janeiro	1.592.786	7.055
Conv. Integral Saude S.A	39.009	-
Conv. Petrobras	608.199	498.734
Conv. Prefeitura Mun. De Macaé	4.876.547	2.190.107
Conv. Sul America / Brasil Saude	221.202	65.704
Conv. Unimed	699.218	1.838.682
Ecoseg Saúde	6.850	-
Total	9.240.219	5.624.032

6.2 Créditos com Pacientes Particulares

Descrição	Saldo 31/12/2025	Saldo 31/12/2024
Particulares	86.984	43.459
Total	86.984	43.459

A Entidade avalia periodicamente a necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base no histórico de recebimentos.

Base normativa: NBC TG 16 — Estoques / NBC TG 48 — Instrumentos Financeiros

NOTA 7 — CRÉDITOS COM COLABORADORES

Os valores registrados neste grupo referem-se a adiantamentos concedidos aos colaboradores da Entidade, a serem recuperados por meio de desconto em folha de pagamento ou prestação de contas, conforme política interna vigente.

Descrição	2025	2024
Adiantamentos a Colaboradores	147.356	629.310
Total	147.356	629.310

Base normativa: Política de Recursos Humanos

NOTA 8 — ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Os adiantamentos a fornecedores representam valores pagos antecipadamente pela Entidade para aquisição de materiais, bens ou contratação de serviços, cuja entrega ou prestação não havia sido concluída até a data de encerramento do exercício.

Descrição	2025	2024
Adiantamentos a Fornecedores	258.688	128.225
Total	258.688	128.225

Base normativa: NBC TG Estrutura Conceitual

NOTA 9 — ESTOQUES

Os estoques da Entidade são compostos por medicamentos, materiais médico-hospitalares e itens de consumo interno utilizados nas atividades assistenciais, operacionais e administrativas. São mensurados pelo custo de aquisição, determinado pelo método da média ponderada móvel, em conformidade com a NBC TG 16 — Estoques. Quando o valor de realização líquida for inferior ao custo registrado, é reconhecido ajuste para redução ao valor realizável líquido. A movimentação e o controle dos estoques são realizados por meio de sistema informatizado integrado, que permite rastreabilidade e controle de validade.

Descrição / Contas	2025	2024
Medicamentos	550.761	640.587
Materiais Médico Hospitalares	516.740	577.475
Materiais de Escritorio	20.899	33.532
Materiais de Manutencao	5.938	86.789
Materiais de Limpeza	10.301	5.783
Materiais de Costura	-	3.574
Material de Informatica	-	1.980
SND Genero Alimenticio	73.012	67.870
Material de Copa e Cozinha	3.636	1.338
Material de Uso do Paciente	-	111
EPI	13.479	2.236
Material de Lavanderia	-	1.600
Material Grafico	7.614	21.547
Utensilios	99	3.129
Total	1.202.478	1.447.550

Base normativa: NBC TG 16 — Estoques

NOTA 10 — OUTROS CRÉDITOS

Os outros créditos compreendem valores a receber não classificados nas demais categorias de ativo, créditos tributários e restituições de impostos, tais como Imposto de Renda sobre aplicações financeiras, valores a restituir vinculados ao PRONON e demais tributos a recuperar.

Descrição / Contas	Saldo 31/12/2025	Saldo 31/12/2024
Impostos a Restituir	20.489	6.532
IR Sobre Aplicação a Restituir	750	750
IR e Tarifas a Restituir - PRONON	7.441	7.441
Devedores Duvidosos (Glosas a recuperar anteriores a 2024)	-	291.091
Total	28.681	305.815

NOTA 11 — ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é composto por bens tangíveis mantidos para uso na prestação de serviços assistenciais, na administração e em outras atividades institucionais, com expectativa de utilização por mais de um exercício. Os ativos são registrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, em conformidade com a NBC TG 27 — Ativo Imobilizado.

A Entidade realiza periodicamente a avaliação de indícios de impairment nos termos da NBC TG 01 — Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Não foram identificados indícios de perda por redução ao valor recuperável no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

CUSTO DE AQUISIÇÃO						
Imobilizado	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transf.		Saldo em 31/12/2025
				Entradas	Saídas	
Terrenos	4.089.578	-	-	-	-	4.089.578
Edificações	14.288.469	-	-	-	-	14.288.469
Instalações	1.091.196	-	-	-	-	1.091.196
Máquinas e Equipamentos	10.658.071	212.412	-	-	-	10.870.483
Equipamentos de Informática	489.431	9.103	-	-	-	498.534
Veículos	1	-	1	-	-	-
Móveis e Utensílios	1.165.588	18.060	-	-	-	1.183.648
Softwares (Intangível)	2.310	-	-	-	-	2.310
Convênio Nº 937911 - Aquisição Equipamentos	245.000	-	-	-	-	245.000
PRONON - Programa Nacional Atenção Oncológica	-	2.213.350	-	-	-	2.213.350
Total Custo	32.029.644	2.452.925	1	-	-	34.482.568
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA						
Depreciação de Edificações	6.606.988	307.259	-	-	-	6.914.247
Depreciação de Instalações	1.091.196	-	-	-	-	1.091.196
Depreciação de Máquinas e Equipamentos	7.137.987	352.009	-	-	-	7.489.996
Depreciação de Equip. Informática	474.442	-	-	-	-	474.442
Depreciação de Veículos	1	-	1	-	-	-
Depreciação de Móveis e Utensílios	819.035	69.310	-	-	-	888.345
Amortização de Softwares	2.310	-	-	-	-	2.310
Depreciação Convênio Nº 937911	12.250	49.000	-	-	-	61.250
Total Depreciação	16.144.209	777.578	1	-	-	16.921.786
Total Ativo Imobilizado	15.885.434	1.675.347	-	-	-	17.560.782

11.3 Aquisições do Exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Entidade realizou aquisições de bens imobilizados com o objetivo de ampliar, modernizar e manter sua infraestrutura física e operacional, abrangendo itens destinados às atividades assistenciais, administrativas e de apoio.

Descrição / Contas	Saldo 31/12/2025
Máquinas e equipamentos	212.413
Equipamentos de informática	9.103
Móveis e utensílios	18.060
PRONON - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - Portaria GAB/SE nº 279 - Aquisição de Equipamentos - R\$ 5.497.847,80	2.213.350
Total	2.452.926

Base normativa: NBC TG 27 — Ativo Imobilizado | NBC TG 01 — Redução ao Valor Recuperável

NOTA 12 — INVESTIMENTOS

Os investimentos da Entidade compreendem participações em cooperativas e imóveis adquiridos para fins não operacionais, registrados ao custo de aquisição.

Descrição	2025	2024
Investimentos Financeiros	141.514	141.214
Total	141.514	141.214

Base normativa: NBC TG 15 — Investimentos em Coligadas | NBC TG 48 — Instrumentos Financeiros

NOTA 13 — CRÉDITOS A RECEBER DE LONGO PRAZO - JUDICIAIS

Os valores apresentados decorrem de créditos reconhecidos em favor da Entidade cuja recuperação está sendo buscada por meio de ações judiciais, em especial contra órgãos públicos como Municípios e Fundos Municipais de Saúde. A reversão dos valores dependerá do andamento e desfecho dos respectivos processos judiciais, sendo, por isso, classificados como devedores duvidosos.

Descrição / Contas	2025	2024
Município de Rio das Ostras - Judicializados	590.625	590.625
Devedores Duvidosos - Fundo Municipal de Saúde de Macaé	209.193	209.193
Devedores Duvidosos - Fundo Municipal de Saúde de Carapebus	141.364	141.364
Devedores Duvidosos - Fundo Mun. Saúde de Conceição de Macabu	750	31.887
Devedores Duvidosos - CAC Cedae Saúde	-	132.185

IRMANDADE DE SÃO JOÃO BATISTA DE MACAÉ

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis — 2025 e 2024

Devedores Duvidosos - CASSI	1.100.000	1.100.000
Bradesco Saúde - Glosas anteriores a 2024	23.878	-
Total	2.065.809	2.205.254

NOTA 14 — FORNECEDORES E REPASSES MÉDICOS A PAGAR

14.1 Fornecedores a Pagar

A rubrica de fornecedores compreende as obrigações a pagar pelo fornecimento de materiais, bens e serviços, inclusive honorários médicos e serviços especializados, adquiridos no curso ordinário das operações da Entidade. As contas a pagar são classificadas no passivo circulante quando o vencimento ocorrer no prazo de até doze meses a contar da data do balanço e serão liquidadas no decorrer do exercício de 2026.

Descrição	2025	2024
Fornecedores	2.879.396	3.299.577
Total	2.879.396	3.299.577

Base normativa: NBC TG Estrutura Conceitual

14.2 Repasses Médicos a Pagar

Os valores provisionados referem-se a repasses devidos a prestadores de serviços médicos e hospitalares, cujo pagamento está condicionado ao efetivo recebimento dos recursos governamentais atrelados aos serviços prestados. A Entidade reconheceu tais valores em suas demonstrações contábeis, observando o regime de competência, e aguarda o repasse dos recursos públicos correspondentes para realizar os pagamentos devidos.

Descrição / Contas	2025	2024
Repassse CDRM Clínica de Doenças Renais	26.477	58.500
Repassse Rio Cardio Cirurgico Ltda	455.728	587.986
Repassse J.A Anestesia Ltda	380.037	476.576
Repassse PRS Andrade Laboratorio Clínico	181.477	35.939
Repassse Oxigênio Hiperbárico de Macaé	643.500	648.432
Repassse Unidade Hemodinâmica de Macaé	1.708.448	1.804.730
Repasses Médicos a Pagar	746.250	-
Total	4.141.918	3.612.163

NOTA 15 — OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

Obrigações a pagar com pessoal referem-se à folha de pagamento do mês de dezembro, cujo pagamento foi efetivado no início de janeiro. Provisões com pessoal representam os montantes acumulados a título de benefícios adquiridos pelos colaboradores, compreendendo provisão para férias, adicional constitucional de um terço e encargos de FGTS correspondentes.

Descrição	2025	2024
Folha de Pagamento a Pagar	1.249.132	1.184.512
Provisão de Férias	2.220.267	2.326.872
Total	3.469.399	3.511.384
Base normativa: CLT — Consolidação das Leis do Trabalho NBC TG 25 (R2)		

NOTA 16 — OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

As obrigações sociais e fiscais compreendem os tributos federais, estaduais e municipais apurados no exercício e os encargos trabalhistas e previdenciários retidos ou devidos pela Entidade, cujo recolhimento ocorrerá no exercício subsequente. Os valores estão registrados com base na legislação vigente, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2025	2024
1082 - INSS retido de pessoa física	138.548	134.026
1162 - INSS retido de pessoa jurídica	5.916	8.057
Fgts a pagar	198.436	181.084
0561 - Irrf de funcionários	134.849	115.257
0588 - Irrf de autônomos	-	-
1708 - Irrf pessoa jurídica	9.349	6.895
5952 - Pis / Cofins e Cslr retido de pessoa jurídica	30.354	21.785
ISS	4	-
Total	517.456	467.103
Base normativa: Lei nº 5.172/1966 (CTN) Lei Complementar nº 187/2021		

NOTA 17 — EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos destinam-se ao suporte das operações e ao financiamento de investimentos da Entidade. São mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa de juros efetiva, sendo os encargos financeiros reconhecidos no resultado conforme o regime de competência. As operações estão

IRMANDADE DE SÃO JOÃO BATISTA DE MACAÉ

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis — 2025 e 2024

garantidas por avais dos membros da diretoria e por penhor de direitos creditórios junto ao SUS — Sistema Único de Saúde.

Instituição	Vencimento	Taxa	CP 2025	LP 2025	CP 2024	LP 2024
CEF 194262610/06	10/08/2026	0.85% a.m	535.739	969.888	483.196	1.505.627
CEF 194262610/97	10/07/2028	0.85% a.m	173.838	317.677	155.665	491.514
CEF 2215900	10/02/2029	0,41% a.m + CDI	480.000	1.040.000	480.000	1.520.000
Santander CC 1308967	Rotativo	CDI+2,50%	1.000.000	-	1.000.000	-
Santander 3190300	15/08/2027	1,64% a.m.	1.059.945	824.473	-	-
Santander 23700	05/06/2026	1,70% a.m.	370.225	-	740.450	370.225
Unicred 2024000393	10/08/2026	1,55% a.m.	491.667	-	737.500	491.667
Total			4.111.414	3.152.037	3.596.811	4.379.033

Base normativa: NBC TG 48 — Instrumentos Financeiros

NOTA 18 — PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS

A Entidade celebrou parcelamentos de obrigações fiscais e previdenciárias com os órgãos competentes, adotados como medida de gestão do fluxo de caixa e regularização fiscal, assegurando a continuidade operacional.

Programa de Parcelamento	CP 2025	LP 2025	CP 2024	LP 2024
Parcelamento FGTS nº 2011005599	518.642	-	518.642	518.642
Parcelamento SRF/PGFN - PERT	-	-	8.113	-
Total	518.642	-	526.754	518.642

18.1 Programa de Regularização de Tributos — PROSUS

Os débitos vinculados ao PROSUS estão classificados integralmente no passivo não circulante, refletindo o prazo remanescente das parcelas, em conformidade com o Programa instituído pela Lei nº 11.941/2009.

Descrição / Contas	2025	2024
Moratória PROSUS-(Portaria 860 11/09/14)	13.923.960	13.923.960
Total	13.923.960	13.923.960

Base normativa: Lei nº 11.941/2009 — Programa de Regularização de Tributos / Lei Complementar nº 187/2021

NOTA 19 — SUBVENÇÕES A REALIZAR

As subvenções a realizar representam recursos financeiros recebidos de órgãos públicos estaduais e federais, vinculados a condições e finalidades previamente estabelecidas — aquisição de equipamentos, melhorias de infraestrutura e custeio operacional. São reconhecidas no passivo quando do recebimento e apropriadas ao resultado: (i) na proporção da depreciação dos ativos adquiridos, quando vinculadas a bens do imobilizado; e (ii) no período em que as despesas de custeio correspondentes são incorridas, em estrita observância à NBC TG 07 (R2) — Subvenção e Assistências Governamentais.

19.1 Subvenções Federais — Circulante

Descrição / Contas	2025	2024
PRONON - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - Portaria GAB/SE nº 279 - Aquisição de Equipamentos - R\$ 5.497.847,80	2.861.365	5.527.880
PRONON - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - Portaria SE/MS Nº 859 - Aquisição de Equipamentos	1.039.416	-
PRONON - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - Portaria SE/MS nº 910 de 19 de Dezembro de 2025	402.727	-
Convênio Nº 963430 – Aquisição de Equip. e Material Permanente	294.480,25	
Convênio Nº 947291/2023 – Aquisição de Equip. e Material Permanente	510.614,53	
Total	5.108.603	5.527.880

19.2 Subvenções Federais — Não Circulante

Descrição / Contas	2025	2024
Convênio Nº 937911 - Aquis. de Equip. e Mat. Permanente - Ministro Marcelo Antonio Cartaxo R\$ 278.000,00	183.750	232.750
PRONON - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - Portaria GAB/SE nº 279 - Aquisição de Equipamentos - R\$ 5.497.847,80	2.213.350	-
Total	2.397.100	232.750

NOTA 20 — OUTRAS OBRIGAÇÕES

As outras obrigações compreendem valores de natureza diversa não classificados nas demais rubricas do passivo, incluindo: (i) empréstimos consignado FGTS, representando obrigações de repasse das parcelas descontadas em folha de pagamento dos colaboradores; e (ii) demais valores a pagar destinados a Ampla Energia. Os valores estão registrados conforme os termos contratuais acordados.

20.1 Outras Obrigações — Circulante

Descrição / Contas	2025	2024
Empréstimo Consignado	-	44.164
Ampla Energia e Serviços S.A.	239.995	239.995
Ana Paula de Sousa Fragoso (Aquisição de Terreno)	-	1.000.000
Adiantamento de Particular	102.700	-
Empréstimo Consignado - FGTS	76299	-
Total	418.994	1.284.158

20.1 Outras Obrigações — Não Circulante

Descrição / Contas	2025	2024
Ampla Energia e Serviços S.A.	1.839.962	2.079.957
Total	1.839.962	2.079.957

NOTA 21 — PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Em conformidade com a NBC TG 25 (R2) — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Entidade reconhece provisões para contingências quando: (i) existe obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) pode ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As provisões são apuradas com base em pareceres do corpo jurídico da Entidade, considerando o histórico de litígios e a expectativa de desfecho de cada processo.

Descrição	2025	2024
Contingências Trabalhistas / Cíveis	764.335	795.099
Total	764.335	795.099

Os processos classificados com probabilidade possível de perda não foram provisionados, conforme critério da NBC TG 25 (R2), estando apenas divulgados nesta nota. Em 31 de dezembro os processos com perda possível totalizavam R\$ 4.285.894,38, sendo R\$ 3.857.754,23 relacionados a causas cíveis e R\$ 428.140,15 a causas trabalhistas. A Entidade não identificou ativos contingentes com probabilidade provável de realização no exercício.

Base normativa: NBC TG 25 (R2) — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

NOTA 22 — PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da Entidade é constituído pela dotação inicial, pelos bens a ele incorporados ao longo do tempo e pelos resultados líquidos dos exercícios — superávits ou déficits — acumulados. Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade não distribui lucros, dividendos ou qualquer parcela de seu patrimônio a instituidores, dotadores ou administradores, seja de forma direta ou indireta, destinando integralmente os eventuais superávits à manutenção e ampliação das atividades institucionais, em conformidade com a ITG 2002 (R1).

Descrição	2025	2024
Patrimônio Social Acumulado	(4.025.168)	(3.954.611)
Resultado do Exercício	7.135.389	(70.557)
Total	3.110.221	(4.025.168)
<i>Base normativa: ITG 2002 (R1) — Entidade sem Finalidade de Lucros</i>		

NOTA 23 — RECEITAS COM CONVÊNIOS E OPERADORAS

As receitas com convênios referem-se aos valores faturados pela prestação de serviços médico-hospitalares e assistenciais a operadoras de planos e seguros de saúde e a entes públicos vinculados por contrato. O reconhecimento ocorre no período em que os serviços são efetivamente prestados, observando o regime de competência e os valores pactuados nos contratos vigentes. As glosas de convênios correspondem a valores contestados pelas operadoras e estão deduzidas das receitas brutas.

Descrição / Contas	Saldo 31/12/2025
Conv. Amil Assistencia Médica	633.825
Conv. Bradesco Saude	3.923.420
Conv. EJA Assessoria em Segurança	8.975
Conv. Unimed	9.588.571
Conv. Petrobras	2.448.731
Conv. Sul America / Brasil Saude	572.147
Conv. FUSPOM - Policia Militar do Rio de Janeiro	1.607.520
Conv. Prefeitura Mun. De Macaé	18.579.782
Ecoseg Saúde	6.850
Caberj Saúde	12.161
Conv. Integral Saude S.A	81.028
(-) Glosas convenios	(1.946.088)
Total	35.516.921

NOTA 24 — RECEITAS COM O SUS

As receitas do SUS correspondem aos repasses efetuados pelo poder público em decorrência dos serviços prestados no âmbito das contratualizações e incentivos vigentes. A apuração é realizada com base nos serviços efetivamente realizados e nos tetos financeiros e portarias aplicáveis, incluindo incentivos adicionais quando previstos nos instrumentos contratuais.

Descrição	2025
Receitas com SUS	29.120.005
Total	29.120.005

Base normativa: Lei nº 8.080/1990 — Sistema Único de Saúde

NOTA 25 — RECEITAS COM PACIENTES PARTICULARES

Compreendem os valores recebidos ou a receber diretamente de pacientes por serviços de saúde prestados sem intermediação de planos ou convênios. As receitas são reconhecidas na data da efetiva realização do atendimento, de acordo com o regime de competência.

Descrição	2025
Receitas com Pacientes Particulares	1.735.903
Total	1.735.903

Base normativa: NBC TG 47 — Receita de Contrato com Cliente

NOTA 26 — RECEITAS COM SUBVENÇÕES E DOAÇÕES

As subvenções governamentais são transferências de recursos públicos destinadas a cobrir despesas de custeio ou financiar a aquisição de ativos da Entidade, sem expectativa de reembolso. As subvenções para custeio são reconhecidas no resultado no período em que as despesas correspondentes são incorridas. As subvenções vinculadas a ativos são reconhecidas no passivo e apropriadas ao resultado na proporção da depreciação dos bens adquiridos, em conformidade com a NBC TG 07 (R2). As doações recebidas são reconhecidas como receita no momento do recebimento efetivo ou, no caso de bens, pelo valor justo na data do recebimento.

As doações recebidas no exercício de 2025 foram integralmente aplicadas no custeio das atividades assistenciais da Entidade, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2025
Receitas com Subvenções Federais	2.670.393
Receitas com Doações	1.428.625
Total	4.099.018

Base normativa: NBC TG 07 (R2) — Subvenção e Assistências Governamentais | ITG 2002 (R1)

NOTA 27 — RECEITAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras correspondem aos rendimentos obtidos sobre as aplicações financeiras de curto prazo e outras receitas decorrentes de operações financeiras realizadas ao longo do exercício. Os valores são reconhecidos conforme auferidos, de acordo com o regime de competência e a política de gestão financeira da Entidade.

Descrição / Contas	Saldo 31/12/2025
Rendimentos de Aplicações financeiras	311.602
Descontos Obtidos	319.621
Receitas Financeiras	470.760
Total	1.101.983

Base normativa: NBC TG 48 — Instrumentos Financeiros

NOTA 28 — RECEITAS DIVERSAS

As receitas diversas compreendem valores de natureza acessória à atividade principal, recebidos ao longo do exercício, incluindo receitas com aluguéis, convênios de estágio, refeições e demais receitas operacionais.

Descrição / Contas	Saldo 31/12/2025
Outras receitas	974
Atividades Benéficas	1.015
Receitas com Estágios - Estácio	83.019
Receitas com Aluguéis de Sala	146.069
Receitas com Taxas Administrativas	125.735
Receitas com Refeitório	170
Receitas com Aluguéis - Terreno	8.000
Total	364.983

Base normativa: NBC TG Estrutura Conceitual

NOTA 29 — CUSTOS E DESPESAS COM PESSOAL

Compreendem os gastos com salários, encargos sociais (INSS, FGTS), provisões trabalhistas (férias, 13º salário), benefícios e demais obrigações decorrentes da contratação de pessoal próprio.

Descrição	2025
Custos/Despesas com Pessoal	25.685.848
Total	25.685.848
<i>Base normativa: CLT — Consolidação das Leis do Trabalho Lei nº 8.212/1991</i>	

NOTA 30 — CUSTOS COM SERVIÇOS MÉDICOS E LABORATORIAIS

Referem-se aos valores pagos ou provisionados a profissionais de saúde e empresas contratadas para prestação de serviços médicos, laboratoriais e de diagnóstico. Incluem plantões médicos, honorários cirúrgicos, serviços de anestesia, exames especializados e outros atendimentos complementares diretamente vinculados à atividade assistencial.

Descrição	2025
Custos Serviços Médicos	11.986.808
Total	11.986.808
<i>Base normativa: NBC TG Estrutura Conceitual</i>	

NOTA 31 — CUSTOS COM MATERIAIS

Os custos com materiais compreendem os itens consumidos nos procedimentos assistenciais e nas atividades operacionais e administrativas, apurados com base na efetiva baixa do estoque pelo método da média ponderada móvel.

Descrição / Contas	2025
Medicamentos	3.816.812
Materiais Médico Hospitalares	4.487.584
Radiologia	445
Materiais de Manutenção	427.446
Materiais de Limpeza	135.994

IRMANDADE DE SÃO JOÃO BATISTA DE MACAÉ

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis — 2025 e 2024

Materiais de Costura	11.287
Materiais de Informática	44.319
SND Gêneros Alimentícios	2.213.375
Material de Copa e Cozinha	114.380
Material de Uso do Paciente	111
EPI	18.608
Gases Medicinais	370.284
Material de Lavanderia	12.132
Material Gráfico	94.875
Material de Uso e Consumo	8.990
OPME - Material Consignado	3.908.124
Moveis e Utensílios	14.193
(-) Recuperação de Custos com Materiais e Medicamentos	(5.590)
Total	15.673.368

Base normativa: NBC TG 16 — Estoques

NOTA 32 — CUSTOS OPERACIONAIS

São compostos pelos demais custos relacionados à operação da Entidade não classificados em rubricas específicas, incluindo despesas com utilidades, manutenção de infraestrutura, tecnologia da informação e serviços de suporte essenciais.

Descrição / Contas	2025
Água e esgoto	543
Energia Elétrica	761.572
Manutenção predial	1.085.215
Manutenção em equipamentos	1.244.601
Frete e carretos	11.874
Serviços de Limpeza, Higienização e Esterilização	669.243
Locação de Equipamentos e de Uso Medicinal	20.199
Serviços Terceirizados de Lavanderia	938.411
Total	4.731.657

Base normativa: NBC TG Estrutura Conceitual

NOTA 33 — DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas englobam os gastos necessários à gestão e administração geral da Entidade, não diretamente imputáveis às atividades assistenciais.

Descrição / Contas	Saldo 31/12/2025
Telefones	57.140

IRMANDADE DE SÃO JOÃO BATISTA DE MACAÉ

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis — 2025 e 2024

Aluguéis	29.700
Anúncios e publicações	433
Cartório	19.075
Viagens e hospedagens	22.094
Correios	995
Softwares e Serviços de Informática	490.416
Veículos	265
Materiais de Escritório	174.813
Brindes e Confraternizações	35.766
Locação de Equipamentos de Informática e Telefonia	213.762
Contribuição sindicatos de classe - Patronal	8.960
Cursos e Treinamentos	24.550
Total	1.077.969

Base normativa: NBC TG Estrutura Conceitual

NOTA 34 — DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

Referem-se à contratação de empresas ou profissionais especializados para execução de serviços não cobertos pelo quadro de pessoal próprio, incluindo assessorias jurídica e contábil, consultoria técnica e serviços de ensino.

Descrição / Contas	Saldo 31/12/2025
Serviços Contábeis	175.936
Serviços de Auditoria	12.467
Serviços Jurídicos	159.940
Serviços de Marketing	546.183
Serviços de Vigilância	371.112
Serviços de Consultoria e Assessoria	489.195
Total	1.754.834

Base normativa: NBC TG Estrutura Conceitual

NOTA 35 — DESPESAS FINANCEIRAS

Incluem os encargos com juros, multas por atraso, tarifas bancárias e demais despesas decorrentes de operações financeiras, contratos de empréstimos e parcelamentos de tributos.

Descrição / Contas	Saldo 31/12/2025
Multas, juros e protestos	234.902
Tarifas bancárias	42.161
Encargos s/ empréstimos e parcelamentos	1.760.262

Total	2.037.325
<i>Base normativa: NBC TG 48 — Instrumentos Financeiros</i>	

NOTA 36 — DESPESAS COM ACORDOS E PROCESSOS

Compreendem os valores efetivamente desembolsados no exercício para pagamento de obrigações decorrentes de ações judiciais cíveis e trabalhistas encerradas por acordo ou decisão transitada em julgado.

Descrição	2025
Despesas Acordos/Processos	492.405
Total	492.405
<i>Base normativa: NBC TG 25 (R2) — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes</i>	

NOTA 37 — DESPESAS COM DEPRECIAÇÕES

As despesas com depreciações correspondem à alocação sistemática do custo dos ativos imobilizados ao longo de sua vida útil estimada, calculada pelo método linear.

Descrição	2025
Despesas com Depreciações	777.578
Total	777.578
<i>Base normativa: NBC TG 27 — Ativo Imobilizado</i>	

NOTA 38 — OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais diversas compreendem gastos não recorrentes ou não classificados nas demais categorias, incluindo perdas e danos, taxas e contribuições públicas.

Descrição / Contas	2025
Outras Despesas	8.126
Taxas e contribuições públicas	16.363
Taxas Convênio - Autorizador Online	2.160
Total	26.650
<i>Base normativa: NBC TG Estrutura Conceitual</i>	

NOTA 39 — ATENDIMENTOS HOSPITALARES — PERCENTUAL SUS

Em atendimento à Lei Complementar nº 187/2021, a Entidade apurou o percentual de atendimentos realizados pelo SUS no exercício de 2025. A apuração demonstrou que a Entidade realizou mais de 60% (sessenta por cento) de seus atendimentos pelo SUS, considerando a exclusão do componente ambulatorial na proporção regulamentada.

Base normativa: Lei Complementar nº 187/2021 | Decreto nº 11.791/2023 | Portarias de Contratualização SUS

NOTA 40 — ISENÇÕES USUFRUÍDAS — CEBAS

A Entidade é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social — CEBAS, na área de saúde, concedido pelo Ministério da Saúde. Portaria SAES/MS nº 3.265 de 22/09/2025, válida 01/01/2026 a 31/12/2028 (Processo 25000.141684/2025-96). Em razão da detenção do CEBAS e do atendimento ao percentual mínimo de 60% ao SUS, a Entidade faz jus à imunidade das contribuições sociais patronais previstas no art. 195, §7º da Constituição Federal.

Isenção Fiscal	Valor Estimado
INSS - Cota Patronal	6.541.932
COFINS	2.078.053
CSLL	642.185
Total	9.262.170

Base normativa: Lei Complementar nº 187/2021 | Decreto nº 11.791/2023 | Revisão NBC nº 29/2024

NOTA 41 — EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da Entidade revisou os eventos ocorridos entre a data do balanço (31 de dezembro de 2025) e a data de autorização para emissão das demonstrações contábeis (31 de março de 2026), em conformidade com a NBC TG 24 — Evento Subsequente.

Não foram identificados eventos subsequentes à data do balanço que impliquem ajuste ou divulgação relevante nas presentes demonstrações contábeis.

Base normativa: NBC TG 24 — Evento Subsequente

NOTA 42 — INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial pelos valores contábeis, em conformidade com os critérios de mensuração descritos nas notas explicativas

correspondentes. A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros conforme as categorias estabelecidas pela NBC TG 48 — Instrumentos Financeiros, adotando o custo amortizado como método de mensuração para a maioria dos instrumentos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade não possuía instrumentos financeiros derivativos, operações de hedge contábil ou outros instrumentos financeiros de natureza especulativa. Os principais riscos financeiros a que a Entidade está exposta são:

Risco de crédito: decorrente da possibilidade de inadimplência das operadoras de planos de saúde e do poder público nos repasses do SUS. A Entidade monitora continuamente seus recebíveis e adota política de gestão de crédito baseada em histórico de recebimentos.

Risco de liquidez: relacionado à capacidade da Entidade de honrar seus compromissos financeiros nos vencimentos pactuados, monitorado por meio do acompanhamento do fluxo de caixa e da manutenção de aplicações financeiras de liquidez imediata.

Risco de mercado (taxa de juros): decorrente das variações nas taxas de juros que afetam os encargos dos empréstimos e os rendimentos das aplicações financeiras. A Entidade não realiza operações de hedge para mitigação desse risco.

Base normativa: NBC TG 48 — Instrumentos Financeiros | NBC TG 40 — Divulgações de Instrumentos Financeiros

Macaé (RJ) 31 de dezembro de 2025.

Luís Campos Porto
Provedor

Irmandade de São João Batista de Macaé

JOUBER
LOURIVANIUS DE
CARVALHO:05665
215635

Assinado de forma digital
por JOUBER LOURIVANIUS
DE
CARVALHO:05665215635
Dados: 2026.04.24 13:06:01
-03'00'

Jouber L. de Carvalho
Contador

CRC MG-093819/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Membros do Conselho e Administração da

IRMANDADE DE SÃO JOÃO BATISTA DE MACAÉ

Macaé – RJ

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **IRMANDADE DE SÃO JOÃO BATISTA DE MACAÉ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, excetuando os efeitos dos assuntos comentados no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IRMANDADE DE SÃO JOÃO BATISTA DE MACAÉ** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Limitação sobre a rubrica do Ativo Imobilizado

A Entidade não possui controle individualizado do Ativo Imobilizado de maneira efetiva, deste modo, a entidade não avaliou a vida útil econômica estimada de cada item do ativo imobilizado, conforme requerido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis ao Ativo Imobilizado e nem o valor residual para base de cálculo do valor depreciável. Os bens são depreciados pelas taxas sugeridas pela legislação fiscal. Dessa forma, não foi possível mensurar a existência de eventuais ajustes e seus correspondentes reflexos nas demonstrações contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Araçatuba, 24 de abril de 2026.

Assinado eletronicamente por:
Jaquison Ribeiro
CPF: 430.655.098-22
Data: 24/04/2026 16:45:06 -03:00



AZEVEDO AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S

CRC 2SP 017174/0-6

Jaquison Ribeiro Silva

Contador CRC 1SP 317302/0-9

CNAI 6220



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 8H7DZ-PZY2R-PLGMG-9VZ2W

Tipo de assinatura: Avançada

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ Jaquison Ribeiro (CPF 430.655.098-22) em 24/04/2026 16:45 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
179.216.245.39	Lat: -21,214249 Long: -50,435275
	Precisão: 40 (metros)
Autenticação	jaquison@azevedoauditoria.com.br (Verificado)
Login	
yG2xZ17dXS6n13SQoepebcW1nABiX1rDmZ0yImp3Eu8=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://www.assinabrasil.net.br/validate/8H7DZ-PZY2R-PLGMG-9VZ2W>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://www.assinabrasil.net.br/validate>